



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL

Em 14 de março de 2018, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Discussão e votação dos pareceres relativos às seguintes iniciativas legislativas:**
  - Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª (PS) - Aprova o regime das matérias classificadas;  
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)
  - Projeto de Lei n.º 761/XIII/3.ª (CDS-PP) - Primeira alteração à Lei n.º 10/2017, de 3 de Março (Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna);  
Relatora - Deputada Sandra Cunha (BE)
  - Projeto de Lei n.º 769/XIII/3.ª (PCP) - Regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações classificados como segredo de Estado ao abrigo da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa;  
Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)
  - Projeto de Lei n.º 773/XIII/3.ª (BE) - Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível;  
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
  - Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª (PS) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial;  
Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)
3. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
  - Petição n.º 473/XIII/3.ª - Solicitam adoção de medidas para restituição de criança à mãe;
  - Petição n.º 477/XIII/3.ª - Solicitam a realização de auditoria à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores;
4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
5. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
6. **Outros assuntos.**

11H30

Audição do coordenador do relatório intitulado «Complexo de Incêndios Ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6», Professor Domingos Xavier Viegas (requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar Vasconcelos, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL**

AUTOR	ASSUNTO	RELATOR
PPL 112/XIII/3.ª (GOV)	<a href="#">Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes.</a>	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
PJL 794/XIII/3.ª (PCP)	<a href="#">Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho)</a>	Deputada Andreia Neto (PSD)
PJL 799/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Determina a instalação de circuitos fechados de televisão em matadouros</a>	Competente a Comissão de Agricultura e Mar Em conexão: CACDLG

**Projetos de Resolução:**

AUTOR	ASSUNTO	
PJR 1394/XIII/3.ª (PCP)	<a href="#">Recomenda ao Governo que acelere o processo de construção do novo estabelecimento prisional do Algarve</a>	Discussão em Plenário, (a solicitação do GP do PCP)

Antes de entrar no segundo ponto, e como ponto prévio, o Senhor Presidente informou que fora distribuída uma proposta de calendarização com um conjunto de atividades a realizar pela Comissão, na sequência das conclusões do Relatório do Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos (CPT) do Conselho da Europa e da discussão que tivera lugar na reunião anterior da Comissão sobre o mesmo. A proposta incluía um programa sequencial, com iniciativas nas áreas da justiça e da administração interna: primeiro, na área da justiça, seriam realizadas visitas aos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Santa Cruz do Bispo (Ala Psiquiátrica), seguidas das audições do Diretor-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais e da Provedora de Justiça (Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura) e, no final, da Ministra da Justiça; segundo, na área da administração interna, seriam realizadas duas audições, do Inspetor-Geral da Administração Interna (IGAI) e do Ministro da Administração Interna. Por fim, a Comissão organizaria uma conferência sobre o estado do sistema prisional e a atuação das forças de segurança.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) defendeu a inversão da ordem, propondo que a Comissão começasse por ouvir a Ministra da Justiça e o Ministro da Administração Interna, ficando as visitas para momento posterior. Por sua vez, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) disse discordar da ordem proposta pelo Senhor Deputado do PSD por entender que o Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais deveria ser ouvido em primeiro lugar e não em complemento da audição da Ministra da Justiça.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) manifestou a sua concordância em relação ao programa sequencial proposto pelo Senhor Presidente, observando apenas que a conferência tratava dois assuntos distintos – sistema prisional e atuação das forças de segurança – e que, em sua opinião, deveriam ser tratados em separado, tendo as Senhoras Deputadas Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Sandra Cunha (BE) secundado a posição de tratar em separado os dois temas da Conferência.

Face ao antagonismo de perspetivas exposto relativamente à ordenação das audições, e uma vez que o Grupo Parlamentar do PSD apresentara um requerimento para audição da Ministra da Justiça – já aprovado em Comissão - e insistia no respetivo agendamento, por entender que devia começar-se pela primeira responsável pela área da justiça e que esta manifestara disponibilidade para ser ouvida no próximo dia 28 de março, o Senhor Presidente informou que iria apurar da disponibilidade de a Senhora Ministra se deslocar ao Parlamento na manhã de dia 28 de março próximo.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 761/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Primeira alteração à Lei n.º 10/2017, de 3 de Março (Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna), que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Sandra Cunha (BE). Seguiu-se no uso da palavra o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que referiu que a dúvida suscitada pela nota técnica sobre a constitucionalidade e legalidade formal da presente iniciativa, na mediada em que a alteração proposta à Lei de Programação é da iniciativa de um Grupo Parlamentar e não do Governo, não se colocava uma vez que a iniciativa não beliscava a competência material do Governo nessa matéria, propondo a alteração apenas de matéria adjetiva, relativa à prestação de contas e de informações à Assembleia da



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL

República, posição que mereceu a concordância das Senhoras Deputadas Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Sandra Cunha (BE). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 769/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações classificados como segredo de Estado ao abrigo da Lei- Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tendo este expressado que a iniciativa do PCP evidenciava a discordância de fundo que existe por parte desse Grupo Parlamentar relativamente ao Conselho de Fiscalização do SIRP e, no fundo, reproduzia soluções de projetos de lei anteriormente apresentados pelo PCP sobre a matéria. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) interveio para fazer uma precisão, dizendo que não era verdade que a iniciativa em apreciação reproduzia soluções anteriormente propostas, uma vez que não propunha a existência de um mecanismo permanente, mas, sim, que a Assembleia da República assumisse diretamente o acesso à informação considerada confidencial. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tendo este questionado os autores da iniciativa sobre a razão de ser da reciprocidade de tal renúncia e do regime das liberalidades, das doações feitas a favor do cônjuge, questão que foi respondida pelo Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS). No final, submetida a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi adiada a apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Aprova o regime das matérias classificadas, por não se encontrar presente o respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), bem como do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 773/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível, com fundamento na falta de pareceres solicitados pela Comissão.

No terceiro ponto, que consistia na admissão e distribuição de petições, resultou o seguinte: a Comissão deliberou o indeferimento liminar da [Petição n.º 473/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicitam a adoção de medidas para restituição de criança à mãe, e a admissão da [Petição n.º 477/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicitam a realização de auditoria à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Carla Tavares (PS).

O ponto seguinte da ordem do dia, que consistia na apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 323/XIII/2.<sup>a</sup> – Solicitam a concessão de amnistia, foi adiado para a reunião seguinte, por não se encontrar presente o respetivo relator, o Senhor Deputado António Gameiro (PS).

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciação e ratificação, nem outros assuntos a tratar, após uma breve interrupção, teve início a audição do coordenador do relatório intitulado «Complexo de Incêndios Ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6», Professor Domingos Xavier Viegas, a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Senhor Presidente deu conta do carácter reservado da reunião, informando que a mesma decorreria à porta fechada, sem gravação vídeo.

Agradeceu de seguida a presença do Senhor Professor, que se fez acompanhar pelos Dr. Miguel Almeida, Mestre Luís Mário Ribeiro e Dr. Carlos Viegas.

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), este apresentou o requerimento em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo formulado questões que mereceram resposta individualizada do Senhor Professor Domingos Xavier Viegas, após uma sua alocução introdutória sobre o objeto do requerimento. Seguiram-se as questões colocadas pelos Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Fernando Rocha Andrade (PS) e Telmo Correia (CDS-PP), que foram respondidas em conjunto pelo Senhor Professor Domingos Xavier Viegas.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 36/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza  
Paulo Rios de Oliveira  
Teresa Morais